



A intersecção entre Religião e Política no Brasil: Entrevista com Carlos Eduardo Procópio

The intersection between Religion and Politics in Brazil: Interview with Carlos Eduardo Procópio

Giulliano Placeres¹

Carlos Eduardo Procópio estudou na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde se graduou em Ciências Sociais e obteve os títulos de Mestre em Ciência da Religião e Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação de Marcelo Camurça. Atualmente é professor no Departamento de Humanidades do IFSP e está vinculado como pesquisador no NEREP/UFSCAR, NER/UFMG e ORLA/UNILA. É parecerista de várias revistas científicas na área, destacando-se Religião e Sociedade (ISER), Ciências Sociais (UNISINOS) e Debates do NER (UFRGS). Suas pesquisas, publicadas em eventos e revistas, tratam da relação entre carismáticos católicos e política no Brasil. Na entrevista gentilmente cedida ao dossiê, debatemos a intersecção entre religião e política no Brasil

Entrevistador: Sabe-se que as religiões historicamente possuem relevante influência sobre a esfera política, o exemplo brasileiro reforça essa premissa. Mesmo constituído como um Estado laico há mais de um século, a presença religiosa, sobretudo cristã na esfera pública é evidente. Em sua opinião essa interferência direta ameaça o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito?

Carlos Eduardo Procópio: Bom. Por mais que atores religiosos, especialmente os evangélicos, através de suas bancadas em muitas casas legislativas, incomodem quando pautas antagônicas ao reconhecimento de minorias são endereçadas e até mesmo aprovadas, não se pode negligenciar que quando jogam o jogo da política eles não apenas modificam a política, mas também são modificadas por ela. Assim, tanto a esfera política vai sendo alargada para receber, assimilando ou rebatendo, as inserções dos agrupamentos religiosos, quanto os políticos com apoio destes agrupamentos vão modificando a maneira de atuarem junto à esfera política, incorporando procedimentos e performances em suas atuações na esfera política. Penso ser muito pouco produtivo analiticamente a ideia de que estamos diante de uma invasão, no sentido negativo, de grupos religiosos na política. Não podemos analisar a ação desses grupos apenas focando no resultado de suas ações no parlamento. Quais as alianças eles fizeram para ganhar a eleição? Quem os apoiou e porque os apoiou? Quais os acordos fazem para conseguir encaminhar pautas no parlamento e qual o custo político disso? Para onde vão as emendas que recebem? Essas são perguntas que ampliam a visão sobre o problema. E certamente há outras que vão para além de pensar que grupos religiosos estão apenas

¹ Doutorando, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política, São Carlos, SP, Brasil. Contato: giulliano14@hotmail.com.



desenvolvendo uma cruzada contra o estado democrático de direito, ainda mais quando é este estado que é reivindicado para endereçarem suas demandas.

Entrevistador: Os dados do Censo IBGE referentes à filiação religiosa no país divulgados entre 2000 e 2010, apontam para um declínio do catolicismo (73,6% para 64,6%) juntamente a um aumento dos adeptos evangélicos (15,4% para 22,2%). Pode-se afirmar que a guinada evangélica para o campo político objetivando o fortalecimento dessa religião no poder iniciada efetivamente desde a década 80, refletiu de alguma maneira o aumento do contingente populacional evangélico do país?

Carlos Eduardo Procópio: Não pensaria nesses termos. O aumento dos evangélicos na esfera legislativa não pode ser explicado pelo aumento da população que se declara evangélica. Se levarmos em conta as pesquisas Datafolha publicadas em 2014, e considerarmos os comparecimentos naquela eleição, teríamos no estado de São Paulo cerca de 6,5 milhões de eleitores evangélicos pentecostais. Considerando o coeficiente eleitoral para deputado federal na referida eleição, 303 mil votos, o estado teria que eleger entre 20 e 22 deputados evangélicos, mas elegeu 14. Devemos lembrar que não estamos diante de um contingente populacional homogêneo, que vota junto. Tanto é que os números de políticos evangélicos variam de eleição em eleição e isso só pode ser explicado pela capacidade que eles têm de oferecer vantagens materiais e simbólicas dentro de um mercado bastante concorrido. Nesse sentido, é preciso medir a eficácia da tese “irmão vota em irmão”, porque pode ocorrer casos em que o vetor religião não conta na hora do eleitor decidir seu voto. O voto no Brasil, e talvez não apenas nele, é marcado pela lógica da adesão, mais do que pela lógica da escolha. Isso faz com que o eleitor leve em conta suas demandas imediatas, materiais e/ou simbólicas na hora de optar por um candidato. Além disso, não temos um partido evangélico que possa aglutinar candidatos e eleitores que passam por estas denominações. Muito menos conseguimos ver uma identidade teológica e política que possa facilitar a congregação de pessoas em um grupo singular que pode produzir um partido único. A ascensão deste segmento ao parlamento é fruto de alianças dentro do jogo político e partidário. Poucos são os deputados eleitos que dependem de suas próprias forças para se elegerem. Eles dependem dos outros candidatos puxarem votos para a legenda e a consciência disso faz com que tomem uma postura pragmática, quando escolhem partidos que possam garantir um maior sucesso eleitoral ou fazem alianças para ampliar o leque de agregação de votos. Por outro lado, isso não significa que os candidatos evangélicos não usem a identidade religiosa como elemento retórico para arrebanhar eleitores em potencial, mas é certo que lançam mão de mais de uma base eleitoral para aumentar a chance de eleição. São muito poucos os que conseguem usar apenas como capital político a pertença evangélica, privilégio dos religiosos que gozam de capilaridade pastoral e/ou artística estadual e nacional.

Entrevistador: Um dos movimentos vinculados a Igreja Católica que no Brasil que auxiliou ao menos para que evasão de seus adeptos não fosse ainda maior é a Renovação Carismática Católica (RCC). Comente sobre a atuação e formas de estratégia deste movimento em relação à eleição de seus representantes políticos.

Carlos Eduardo Procópio: Antes de responder diretamente a esta pergunta, cabe uma pequena digressão. A RCC foi pensada ao longo dos anos de 1980 e 90 pela tese da dupla reação. Internamente para frear as CEBs e externamente para frear os pentecostalismos. Penso que é preciso dar uma volta no parafuso, relativizando esta tese. Digo isso porque



a RCC incorporou procedimentos e práticas de ambos os movimentos quando esteve em contato direto com eles. E na política temos exemplos de como isso acontece. Há convergências que colocam os deputados carismáticos em polos opostos, ora atuando a partir de uma política preocupada com a solução dos problemas dos mais pobres, ora se concentrando em defender bandeiras morais em termos de família e sexualidade. Voltando ao centro da pergunta. As bases eleitorais dos candidatos apoiados pela RCC são diversas e a ação político-eleitoral vai depender de como cada candidato costura seus vínculos. O tamanho e a coesão da comunidade que o apoia podem ser importantes nesse sentido. Quanto maior e mais coesa é a comunidade de apoio menos vínculos externos a esta comunidade vai ser acionadas. Entretanto, levando em conta o tamanho e a liquidez de comunidades e grupo de oração, penso que alguém que é estimulado a se lançar candidato desde as bases do carisma católico vai ter que correr atrás de vínculos que podem ultrapassar estas bases. Apesar de serem poucos, é possível reconhecer os rostos da atuação parlamentar dos deputados apoiados pela RCC. Tenho apostado em três modelos de engajamento, que são bastante flexíveis. O primeiro grupo de deputados, hoje representados por Diego Garcia (PR) e Evandro Gussi (SP), mas que já encontrou representantes nas figuras de Osmânio Pereira (MG), Miguel Martini (MG) e Salvador Zimbaldi (SP), aposta numa postura mais catequética. Suas atuações estão centradas em grande parte nas bandeiras morais do movimento e se apresentam a uma vaga ao parlamento lançando mão da defesa da vida e da família. O segundo grupo de deputados se concentra em defender em grande medida causas sociais mais amplas, sobretudo no que tange políticas de inclusão social e distribuição de renda, o que justifica a opção preferencial destes candidatos pelos partidos de centro-esquerda. O primeiro deputado com este perfil foi Durval Orlato (SP), contanto hoje com Odair Cunha (MG) e Alessandro Molon (RJ) como representantes. Um último grupo de deputados são representados atualmente pelos cantores Flavinho (SP) e Eros Biondini (MG), mas já contou com Gabriel Chalita (SP) até o final do primeiro governo Dilma. Estes são nomes midiáticos e gozam de capilaridade junto ao público ouvinte e leitor da produção dos carismáticos, sendo aí onde encontram seu capital político. Suas posições acabam oscilando entre os dois modelos anteriores.

Entrevistador: Em 2011, João Campos líder da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (PSDB-GO) enviou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 99/2011) que objetiva conceder a entidades religiosas de âmbito nacional o poder de propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Ou seja, diversas entidades religiosas poderiam então acionar o STF para questionar constitucionalidade de legislação considerada contrária às suas doutrinas. Tal proposta não seria uma interferência direta da religião no espaço público, incompatível com as prerrogativas de um Estado laico?

Carlos Eduardo Procópio: Os católicos fizeram isso através da CNBB quando impetraram uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) contra a pesquisa com células tronco embrionárias. Não sei até que ponto uma lei aumentaria o acesso dos grupos religiosos ao supremo, além das possibilidades atuais que eles já têm. A questão é entender como usam a lei a favor deles e qual o efeito disso para os grupos que estão acionando os dispositivos, para a sociedade e para a própria lei. É claro que ficamos apreensivos quando as leis são manipuladas a favor de grupos que são antagônicos aos nossos interesses. Vimos recentemente várias leis sendo modificadas afrontando a democracia e os direitos



sociais, onde a participação de evangélicos e católicos carismáticos foi importante. Como contrapartida é plausível esperarmos que sejam beneficiados nos seus interesses, especialmente em pautas morais e éticas. Mas as coisas em política mudam rápido e vimos em agosto de 2017 esses mesmos políticos de grupos religiosos votando contra o Temer. Que lugar podem galgar no governo que se mostraram inclinados a derrubar, meses depois de terem decidido apoiá-lo? É preciso olhar para as estruturas de oportunidades políticas para entender o que levam determinados grupos a apoiar determinados projetos, as consequências disso para o arranjo político e os efeitos quando se decide mudar de lado. Aberturas e fechamentos para propostas e mudanças dependem da posição que cada grupo toma. Isso ocorre o tempo todo e temos que ficar atentos a eles.

Entrevistador: Quando se fala em influência religiosa no cenário político brasileiro atual, este se resume basicamente em uma divisão entre parlamentares católicos e evangélicos. Pode-se afirmar que essa hegemonia do cristianismo na esfera pública do país tende a anular a expressão e representatividade de outras religiões, como a Umbanda, genuinamente brasileira e também o Candomblé?

Carlos Eduardo Procópio: Se somos um país majoritariamente cristão, é inevitável que tenhamos uma cultura política influenciada por isso, especialmente porque a separação igreja estado não acarretou na privatização da religião, como é o caso francês, por exemplo. O que resta saber é até que ponto uma sociedade que se declara majoritariamente cristã produz hoje suas leis e procedimentos políticos em acordo com sua formação e/ou pertença religiosa. Por mais que tentemos dar uma maior visibilidade para o que os sociólogos chamam de bancada evangélica, é preciso levar em conta alguns aspectos sobre o comportamento político de religiões minoritárias. Em primeiro lugar não se pode esquecer que na Bahia governadores recebiam e/ou eram aconselhados por mães de santo em seus palácios de governo. Será que influenciaram esses mandatários? Em segundo lugar, é preciso olhar para a maneira como os terreiros e centros se articulam com as eleições. Conseguem lançar um candidato que represente todos os terreiros e centros? As rivalidades religiosas não atrapalhariam a unidade e dificultariam o acordo em bandeiras comuns? Vejam o caso dos espíritas. Eram nas camadas médias no interior de estados como São Paulo e Minas Gerais, entre outros, que buscavam seus adeptos. Muitos desses membros das camadas médias chegavam a ser lideranças políticas. Utilizaram esse vínculo como capital político? Isso interferiu na maneira como as obras espíritas eram conduzidas? Viraram um braço do estado na medida em que recebiam sua ajuda? Existia uma adesão da comunidade a candidatos saídos de suas bases? Se olharmos com atenção alguns casos, certamente vamos dizer sim.

Entrevistador: Por meio de um discurso em defesa da “preservação da vida e da família” e orientados sobretudo pela Bíblia o posicionamento de carismáticos e evangélicos geralmente é semelhante nas votações que envolvem temáticas como o aborto e questões de orientação sexual, sendo contrários a liberdade individual e união civil de pessoas do mesmo sexo. Tais posicionamentos além de não contemplarem diversos outros grupos religiosos, e também os sem religião como agnósticos e ateus podem colocar em cheque a efetividade da laicidade no Brasil?

Carlos Eduardo Procópio: É preciso saber o que entendemos por laicidade. É a separação entre as esferas política e religiosa, onde esta se direciona para a esfera privada? Isso não parece ter acontecido no Brasil. É a conjunção das religiões a partir do



reconhecimento das regras democráticas em benefício de um bem comum? Acho difícil tomarmos esse tipo de visão comunitarista em um país que foi majoritariamente católico, que marcou a cultura pública brasileira. Enquanto uma postura religiosa conservadora e reacionária não assumir todas as esferas do estado, e podemos crer que isso jamais aconteça, nossa esfera estatal, segmentada em pelo menos 3 grandes poderes, vão acionar e serão acionados para fazer valer as demandas dos grupos sociais que vão emergindo e ganhando ressonância na vida cotidiana brasileira. E isso complexifica qualquer atuação, bem como qualquer análise que se queira fazer.

Entrevistador: O jogo político exercido no país demonstra em alguns casos que as alianças realizadas extrapolam inclusive a própria filiação religiosa dentro de um partido nas candidaturas. Em 2012, Celso Russomano, católico declarado disputou as eleições para prefeitura de São Paulo pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) ao qual tem como braço direito, Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Pode-se afirmar que essa junção entre agentes de religiões distintas e diferentes interesses visando à ocupação da esfera pública tende a ser uma constante?

Carlos Eduardo Procópio: Por mais que muitos candidatos possam se sentir iluminados por terem recebido uma revelação divina que os levaria a disputar um cargo político, e isso não é privilégio dos evangélicos ou dos carismáticos católicos, ninguém faz política sem acordos, conversas, mediações. E aí está o interessante. O toma lá dá cá faz os envolvidos se movimentarem, alterando procedimentos, modificando condutas e invertendo lógicas. Então não dá para dizer que as alianças entre setores católicos e evangélicos vão ser constantes. A continuidade de alianças vai depender na afinidade entre interesses, que são materiais e/ou simbólicos. Há grupos católicos e evangélicos bem resolvidos com a questão do aborto, por exemplo. Isso já deixa de ser ponto de ligação com aqueles grupos que pensam no sentido contrário. Há grupos religiosos que apostam no empreendedorismo, enquanto outros estão interessados no bem viver ou na diminuição da pobreza. Em algum momento podem encontrar justaposições, mas também dissensos. Nesse último caso, quando acontece, cada um vai para um lado. Não existe um jeito de fazer política evangélico ou católico em si que possa servir como ponto de contato permanente. As afinidades políticas são relacionais e podem mudar o tempo todo, dependendo do que está sendo posto em jogo e como esse jogo passa a ser jogado.

Recebido em: 19/10/2016

Aprovado em: 11/01/2017